

“Os preços estão no patamar limite”

Para diretor do Ipea, inflação de alimentos atingiu o pico e tende a estabilizar ou cair até o fim do ano

Tatiana Farache

Rodrigo de Almeida

Passou quase despercebida, mas a informação está lá, na última *Carta de Conjuntura*, documento divulgado trimestralmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): a inflação do Brasil tem se acelerado, mas é explicada essencialmente pela elevação dos preços dos alimentos. Preocupação de um lado (a alta inquietação, resultado da pressão dos preços internacionais de alimentos) e alívio de outro (o indício de que o dragão da maldade não está disseminado). Ao ser defendida duas semanas atrás na *Carta de Conjuntura*, poucos pareceram prestar atenção.

Prevaleceu uma notícia mais ruidosa: a polêmica decisão de não mais divulgar projeções trimestrais de inflação. Interpretou-se a medida como uma tentativa de esconder do país perspectivas inflacionárias pouco animadoras. Diretor de Estudos Macroeconômicos, João Sicsú apresentou-se a negar qualquer forma de censura. Lembrou que a decisão fora tomada em dezembro e que fazia parte de uma mudança de perfil do Ipea. O instituto passaria a dedicar-se a projetos de longo prazo, não ações conjunturais. A Associação dos Funcionários do Ipea também divulgou nota, refutando a mordaça. A crise, porém, já estava deflagrada – e o comando do Ipea, com o economista Márcio Pochmann à frente, mais uma vez acusado de pôr a ideologia acima do debate.

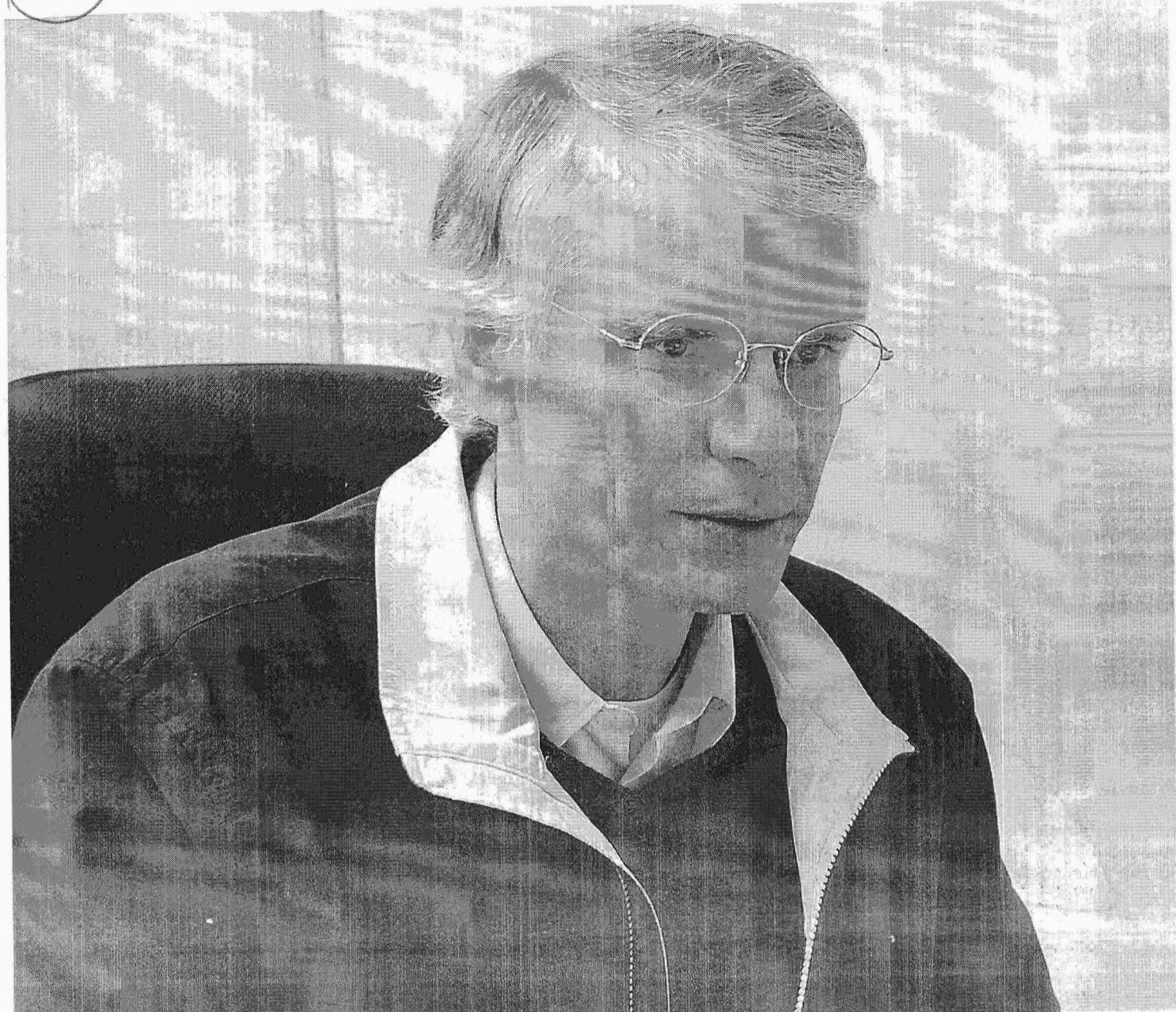
Passado o ruído, é hora de voltar à *Carta*. E à dura crítica que João Sicsú – e, por tabela, o Ipea – faz à estratégia do Banco Central de combate ao temor do momento. Por focada nos alimentos, diz ele, a inflação não terá a causa atingida pela elevação dos juros. Essas e outras teses são detalhadas a seguir.

A última ‘Carta de Conjuntura’ do Ipea mostrou que a inflação não está disseminada no país, tese até aqui pouco difundida. Não é isso o que diz, por exemplo, o Banco Central. Onde mora a divergência?

– A cada mês, um número maior de itens que são avaliados para verificar a variação do IPCA aumenta positivamente. Isso não quer dizer que haja um descontrole inflacionário. Onde existe uma inflação mais acentuada é nos alimentos, mas todos os demais preços estão subindo também. Estão subindo quanto? Essa é que é a pergunta. Os demais preços devem subir. Caso contrário, isso cria o que é chamado de desequilíbrio de preços relativos. Existe um desequilíbrio de preços relativos dos demais itens em relação a alimentos, mas esses demais itens estão equilibrados, ficando mais ou menos no mesmo patamar, entre 3% e 3,5%, se considerados os últimos 12 meses. A questão fundamental é a seguinte: é preciso saber o valor de variação desses itens. Onde está muito alta é no item “alimentos”. Se os alimentos estivessem variando tal como os demais, teríamos nesse momento uma inflação anualizada de 3,5%.

Mas o fato de mais itens estarem com patamar elevado não justifica a inquietação?

– A inflação é extremamente preocupante e não porque está focada nos alimentos ou disseminada entre todos os itens do IPCA. O problema é que é uma inflação que atinge de forma mais forte aqueles de renda mais baixa. Quanto menor a renda, maior a proporção que se utiliza do orçamento para gastar com alimentos. Embora a inflação de alimentos esteja em torno de 15% (nos últimos 12 meses), está na verdade



CRÍTICA – Sicsú diz que os instrumentos do Banco Central têm um efeito colateral: reduzirão o crescimento e aumentarão o desemprego

“

Se os alimentos estivessem variando como os demais itens, teríamos hoje uma inflação anualizada de 3,5%

“

O Banco Central só tem um instrumento para controlar a inflação: a taxa de juros. Mas há outras formas

“

A crítica à elevação dos juros não é que ela não funciona. É que um aumento agora não vai reduzir o preço dos alimentos

“

Se os agentes econômicos acreditam que a inflação está disseminada, ela ficará disseminada

atingindo 50%, 60% do orçamento daqueles que têm renda muito baixa. Outro ponto importante é que a inflação de alimentos gera um IPCA alto, o que é negativo. Isso gera expectativas de que a inflação pode estar disseminada e acabar gerando mais inflação. Não há pressão de custo ou de demanda nos demais itens. De fato, existe pressão de demanda nos alimentos. Houve quebra de safra em diversas regiões do mundo e aumento de demanda. Os demais itens podem vir a se contaminar. Se os agentes econômicos acreditam que a inflação está disseminada, ela ficará disseminada. A inflação tem de ser combatida com esta preocupação. Por um lado, atinge basicamente os pobres e, por outro, pode gerar expectativa de que está disseminada e, portanto, se auto-realizar.

Então é justificável a preocupação do Banco Central e a decisão de elevar os juros para frear as expectativas?

– A melhor forma de combater qualquer tipo de inflação é atuando sobre a sua causa. Nesse caso específico dos alimentos, a forma de se combater a inflação de alimentos é aumentando a oferta. O governo já tem tomado as medidas necessárias nesse sentido. É importante dizer que o segmento alimentos tem uma oferta bastante elástica. Responderam rapidamente aos investimentos. Então se espera que os alimentos, por um aumento de oferta, já tenham seus preços estabilizados até o fim deste ano e que o segundo semestre seja melhor do que o primeiro. Mesmo porque os preços já subiram muito e já atingiram um patamar limite. Espera-se ou manutenção ou queda dos preços de alimentos, seja pelos investimentos ou porque os preços já subiram o que tinham de subir.

Mais juros, neste caso, são pouco úteis?

– Elevação de juros é sempre um instrumento funcional para combater à inflação. A crítica feita à elevação da taxa de juros não é que ela não funciona. É que uma elevação agora não vai reduzir o preço dos alimentos. Contudo, o IPCA tende a se reduzir porque os juros mais altos vão conter a elevação dos demais itens. Os juros estão atuando sobre o conjunto da economia e, portanto, o IPCA terá um valor mais reduzido. Mas a causa da inflação não está sendo atacada com a elevação dos juros. Não é possível alguém pensar que juros mais elevados no Brasil vão aumentar a oferta de alimentos ou vão reduzir a demanda por alimentos no mundo. Enfim, se espera que os juros já tenham algum resultado sobre o desaquecimento da economia mais para o fim do ano e, em consequência, sobre a inflação.

Integrantes do governo têm reclamado de certa histeria dos alertas em relação à inflação. O senhor concorda?

– Os analistas precisam dar um enfoque mais qualificado ao debate. O mais correto seria explicar quais as causas da inflação e como a política de juros opera sobre essa inflação. É explicar que o que está ocorrendo é uma inflação de alimentos por redução da oferta porque houve entressafra e elevação da demanda, uma vez que alguns países estão crescendo muito e mais pessoas passaram a ter acesso a alimentos. As pessoas estão comendo, não se pode ter política para conter a demanda por alimentos. É preciso explicar também o que a política de juros vai alcançar. Atingirá os demais itens, os demais itens vão tender a crescer menos, e o IPCA vai ser reduzido. Mas tendo claro que

Alguns analistas criticam essa concentração do controle da inflação sobre as mãos do Banco Central e sua política de juros. Mas defendem uma via diferente da sua: a redução dos gastos públicos, que seria responsável por pressão inflacionária. O Ipea discorda dessa posição. Quem está com a razão? O governo não está economizando o que deveria?

— A causa da inflação não é o gasto público, mas os alimentos. É como alguém pensar em controlar a inflação de alimentos fazendo as pessoas comerem menos. Ou, numa sociedade com tantas necessidades na área de saúde, educação e segurança pública, por exemplo, alguém dizer que o governo tem de gastar menos. O governo gastar menos em educação significa dizer que haverá menos vagas nas escolas, que algumas crianças vão ficar fora da escola. Cortar verba da saúde significa dizer que doentes não serão atendidos e ficarão na fila dos hospitais. Cortar onde?

No custeio da máquina.

— Ok, concordo. Mas não se trata de controle de inflação. Trata-se de um problema de eficiência, de produtividade do Estado. O conceito tem de mudar um pouco. Não se pode medir a eficiência do Estado entre gastos de custeio e gasto de investimento. Gasto de custeio significa material escolar, remédio para os hospitais, salários de médicos e professores. O Estado foi constituído pela sociedade para organizá-la de modo civilizado e prestar determinados serviços. Se eu cortar o salário de médico, estou melhorando a produtividade do Estado? Não. A melhor forma é reduzir custos da atividade-meio e ampliar os custos das atividades-fins. É uma discussão que está fora do debate sobre controle da inflação mas acho importante fazê-la.

Mas não temos uma carga tributária excessiva para tão poucos serviços de qualidade?

— Um autor liberal como Milton Friedman diria o seguinte: a carga tributária que uma sociedade pode ter é aquela que ela deseja. Se deseja ter mais hospitais públicos, mais escolas públicas, mais cultura, ela paga mais. O Estado só faz recolher as poupanças privadas e transformá-las num gasto coletivo. Não há necessidade de se discutir qual o tamanho do gasto público. Na verdade, é preciso saber se o gasto público atende aos anseios da sociedade ou não. No caso do Brasil, a carga tributária está em torno de 35%. É uma carga maior do que países em desenvolvimento e que se aproxima mais de países desenvolvidos. Por que temos uma carga tributária de país desenvolvido mas com serviços de países com baixo grau de desenvolvimento? É preciso olhar no orçamento e perguntar quais são os gastos que não geram benefícios para a sociedade. São aqueles que não estão relacionados às atividades-fins de um Estado—saúde, educação, segurança pública e cultura, por exemplo — ou que não geram emprego.

Críticos sugerem que o gasto público pressiona inflação.

— O governo retém parte dos salários e demais rendas em forma de tributos. Se o governo não tributasse os trabalhadores e os empresários, estes transformariam toda a sua renda em gasto. Como o governo está tributando e fazendo superávit, significa que está tirando poder de compra da sociedade. Não pode estar pressionando a demanda.

O Brasil caminha para o déficit nominal zero?

— Sim. Déficit ou superávits nominais são, na verdade, sintomas do vigor que a economia possui em determinado momento. Se a economia está fraca, como esteve até dois ou três anos atrás, vai ter déficit



MEA CULPA — Sicsú reconhece falha de comunicação ao informar que não divulgaria mais projeções de inflação

“
A carga tributária que uma sociedade pode ter é a que ela deseja. Se deseja ter mais hospitais e escolas, paga mais

“
O governo deve ter um orçamento equilibrado para ter capacidade de gastar quando reduzir o ritmo de crescimento

“
Não há censura no Ipea. Os pesquisadores que desejarem podem fazer suas projeções. Não há cerceamento

>> Perfil

João Sicsú

Professor licenciado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, João Sicsú é diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É co-organizador e co-autor de diversos livros, dentre os quais *Economia Monetária e Financeira: teoria e política*, além de *Câmbio e controle de capitais e Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*.

orçamento. O orçamento deve estar equilibrado não por uma questão moral, mas por uma questão técnica. O governo deve ter um orçamento equilibrado para ter capacidade de gastar quando houver a previsão de redução do ritmo de crescimento. Os EUA estariam gastando mais se tivessem um orçamento equilibrado. Teriam muito mais poder de fogo para gastar neste momento.

Não é o caso brasileiro?

— De jeito nenhum. Temos uma dívida que é 41% do PIB e um déficit nominal anualizado na faixa de 2,2%. Esse é um dado importante. Com esse déficit nominal, poderíamos fazer parte do Tratado de Maastricht. A União Europeia recomenda 3% de déficit. Ou seja, do ponto de vista fiscal estamos dentro da União Europeia. Portanto, não existe essa prática de “gastança”, de irresponsabilidade fiscal.

A Carta exibe números positivos em relação ao emprego. O que tem mudado?

— Primeiro, o desemprego cresceu, mas cresceu também a camada de desalentados. Desalentado é aquele que já deixou de procurar emprego, portanto não entra na camada de desempregados, que só abrange aqueles que estão procurando emprego. Numa primeira fase cresceu o número de desalentados e de desempregados. Numa segunda fase houve sinais contraditórios. A economia passou a crescer, mas a taxa de desemprego não caiu porque os desalentados passaram a procurar emprego. O fenômeno é que está caindo a taxa de desemprego e também o número de desalentados. Ou seja, as pessoas estão saindo da faixa de desalentados, estão procurando emprego e estão encontrando.

rating de investimentos. O que tivemos foi uma avaliação que abre a possibilidade de captar recursos no exterior. Não quer dizer que esses recursos virão.

O real apreciado em relação ao dólar tem ajudado no controle da inflação. Parece haver uma opção entre o real valorizado e o controle inflacionário. Como sair disso?

— Esse, de fato, é um problema preocupante. Estamos tendo um déficit elevado em transações correntes, resultado da redução do nosso saldo comercial com o exterior, mas fundamentalmente das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Uma primeira causa, posso considerar positiva: a economia está crescendo e, portanto, as empresas geram mais lucro. O segundo sinal é negativo. O câmbio valorizado é um estímulo para a filial mandar, com a mesma quantidade de reais, uma maior quantidade de dólares para o exterior. O câmbio explica muito o saldo em transações correntes estar negativo. Um déficit elevado é sempre preocupante porque é preciso pensar como vamos financiá-lo. Alguns apostam no rótulo de rating que recebemos. Não confio nessa possibilidade.

Mas o volume de reservas internacionais é hoje bem mais elevado do que o que tínhamos nos anos 90.

— Realmente a quantidade de reservas é elevada e a dívida externa é baixa. Mas a alternativa mais definitiva para se equilibrar é sempre via taxa de câmbio. Temos um câmbio que hoje ajuda conter a inflação, é verdade, mas não é compatível com o equilíbrio sustentável do balanço de pagamentos. Não estou sugerindo a desvalorização cambial, que agora significaria tentar apagar o incêndio da inflação com gasolina. O que temos de fazer agora são políticas para ganharmos tempo para que, mais à frente, possamos ter um câmbio competitivo. São políticas tributárias e política industrial para estimular o aumento das exportações e recuperar nosso saldo comercial maior. E é isso que o governo tem feito. Mais à frente, quando a inflação de alimentos estiver controlada, podemos recuperar o câmbio.

O Ipea foi duramente criticado por decidir não mais divulgar as projeções de inflação. Falou-se em censura. Passadas duas semanas, qual a sua avaliação do processo? O Ipea errou ou houve exagero?

— A mudança é correta do ponto de vista da missão da instituição. E ela foi tomada num momento em que não havia esse perigo tão evidente da inflação, em dezembro do ano passado. Portanto, mostra que não há nenhuma relação com a conjuntura. O Ipea não toma decisões baseado na conjuntura econômica do país. É uma instituição de pesquisa. No entanto, acho que houve falha de comunicação de nossa parte. Não soubermos explicar, num primeiro momento, as medidas tomadas. Mas acho que conseguimos certo sucesso agora. Como o Ipea é uma instituição pública, do ponto de vista da oposição, sempre vão tentar criticá-lo como censurador, controlador de mentes. Coisa que nos pronunciamos de que não existe.

Houve motivação política?

— Sem dúvida a oposição fez uso político de uma medida técnica. Fez no Ipea como faz no BNDES, no Ministério da Saúde, na Casa Civil. Nossa dificuldade de comunicação foi muito bem aproveitada do ponto de vista político para atacar não o Ipea, mas o governo.

Não há censura?

— Claro que não há censura. Os pesquisadores do Ipea que desejarem continuar fazendo suas projeções individuais poderão fazê-las. Não há cerceamento nenhum.